ANO V V. 114

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

19/12/2023 A 10/01/2024





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;
Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito;
Bernardo Coimbra Coelho de Assis - Estagiário de Direito; e
Maria Luiza Vianna Ferreira - Estagiária de Direito

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão:Rebeca Reitz e Camila Veloso
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	18
NORMAS MUNICIPAIS	24
NORMA EM DESTAQUE	26
INFORME LEGISLATIVO	29
FIQUE DE OLHO	30
ESTANTE VIRTUAL	31
SEMAS NA MÍDIA	32



ATUALIZADO EM 10/01/2024

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição 114ª do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, a publicação da **RESOLUÇÃO CGPAL Nº 8, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023**, que autoriza a destinação de recursos para reembolso de valores, a título de compensação por impactos socioambientais irreversíveis em terra indígena, à Transnorte Energia S.A., concessionária de transmissão de energia elétrica responsável pela construção, operação e manutenção do Linhão de Tucuruí, objeto do Contrato de Concessão nº 003/2012-Aneel, bem como a **INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 141, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023**, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, aplicação, acompanhamento e prestação de contas do Crédito de Instalação nas modalidades ambientais Florestal, Recuperação Ambiental e Cacau, instituídas nos incisos VI, VII e VIII do Art. 2º do Decreto nº 11.586/2023.

No que se refere às publicações em âmbito estadual, ressalta-se a da **LEI N° 10.302, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023**, que declara e reconhece como utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA), e a publicação do **DECRETO N° 3.606, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023**, que institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

No município, o destaque foi a publicação da **LEI Nº 9.990 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023**, que dispõe sobre a criação, no âmbito do Poder Executivo Municipal, da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - SEPDA, e dá outras providências.

Na seção "Norma em Destaque", apresemta-se a divulgação da **LEI Nº 10.306, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023**, que institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (PEUC) e dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC), e a publicação da **RESOLUÇÃO CGFDE Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023**, que dispõe sobre o financiamento ao setor público, através dos projetos de infraestrutura econômica e social e vinculados ao Plano Xingu Sustentável.

Outra ferramenta utilizada neste processo de acesso à informação, pleo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS, é o "Informe Legislativo", que no período desta edição, comunicou, a publicação de 05 normas ambientais editadas pelo NEL, dentre elas, uma Lei, dois Decretos e duas Portarias.

No "Fique de Olho", sugere-se o Webinar: Habilitação de entidades gestoras junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. O evento será coordenado por Fabricio Soler, totalmente gratuito e será realizado no dia 23/01/2024 (terça-feira), das 9h às 12h.

Na “Estante Virtual”, recomenda-se a leitura do livro “Constituição, Meio Ambiente e Colisão de Direitos Fundamentias“ da escritora Daniele Galvão De Sousa Santos, advogada, mestra em Direito Agroambiental, membro da Latin American Climate Lawyers Iniative for Mobilizing Action (LACLIMA) e consultora jurídica em Direito do Ambiente e Mudanças Climáticas. O exemplar pode ser adquirido no site da editora Lumen Juris.

Na seção "SEMAS na Mídia", ressalta-se a matéria em que o Estado sanciona a lei que institui Política e Sistema de Unidade de Conservação, no qual estabelece duas novas categorias de Unidades de Conservação (UC’s) inéditas no Brasil: os Bosques Municipais e os Rios de Proteção Especial.

Por fim, vale lembrar que o mês de janeiro é marcado pela campanha **“Janeiro Branco”**, instituída pela Lei nº 14.556/2023 e marcado por mobilização nacional à promoção da saúde mental, trazendo a conscientização através de campanhas nacionais em que são abordados hábitos e ambientes saudáveis, bem como a prevenção de doenças psiquiátricas. Confira mais informações na biblioteca virtual de saúde, do Ministério da Saúde, acessando a área de tema: **Saúde Mental**

Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132. Altera o Sistema Tributário Nacional.

LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 1º DE AGOSTO DE 2023. Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2023. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do "caput" e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

LEI Nº 14.595, DE 5 DE JUNHO DE 2023. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, de forma a regulamentar prazos e condições para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), e a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 (*). Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

LEI Nº 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificados que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.

LEI Nº 14.757, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências.

NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.758, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).

LEI Nº 14.759, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara feriado nacional o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

LEI Nº 14.768, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva.

LEI Nº 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse.

LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

LEI Nº 14.786, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Cria o protocolo "Não é Não", para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo "Não é Não - Mulheres Seguras"; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte).

LEI Nº 14.792, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui o Dia Nacional da Saúde Única.

LEI Nº 14.797, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura.

LEI Nº 14.798, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui o Dia Nacional da Educação Legislativa.

LEI Nº 14.799, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brilhante.

LEI Nº 14.801, DE 9 DE JANEIRO DE 2024. Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.

NORMAS FEDERAIS



ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, REPRESENTADA PELO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, SOBRE A REUNIÃO PREPARATÓRIA REGIONAL DE AMÉRICA LATINA E CARIBE PARA A SEGUNDA SESSÃO DO GRUPO DE TRABALHO ABERTO "AD HOC" SOBRE UM PAINEL CIENTÍFICO-POLÍTICO SOBRE QUÍMICOS, RESÍDUOS E PREVENÇÃO À POLUIÇÃO.

DECRETO Nº 11.834, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia, firmado em Amã, em 4 de março de 2018.

DECRETO Nº 11.851, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos.

DECRETO Nº 11.852, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura - ProAqui.

DECRETO Nº 11.853, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes e o seu Comitê Gestor.

DECRETO Nº 11.855, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre termos de compromisso relativos às transferências obrigatórias de recursos da União para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC.

DECRETO Nº 11.856, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança.

DECRETO Nº 11.857, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Acordo de Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, firmado em Maputo, em 11 de maio de 2017.

DECRETO Nº 11.858, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, firmado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

DECRETO Nº 11.859, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Brasília, em 23 de novembro de 2017.

DECRETO Nº 11.860, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, firmado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.

DECRETO Nº 11.862, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, firmado em San Marino, em 31 de março de 2016.

NORMAS FEDERAIS



DECRETO Nº 11.865, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Promulga o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica, firmado pela República Federativa do Brasil em Nova Iorque, em 2 de fevereiro de 2011.

DECRETO Nº 11.867, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera o Decreto nº 9.937, de 24 de julho de 2019, para dispor sobre o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas e o seu Conselho Deliberativo.

RESOLUÇÃO CIRM Nº 6, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Aprova o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar (XI PSRM).

RESOLUÇÃO CIRM Nº 7, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Aprova a Proposta da CIRM para a Visão e os Princípios do Planejamento Espacial Marinho no Brasil, a fim de subsidiar o desenvolvimento e a implementação dos processos de PEM no País.

RESOLUÇÃO CGPAL Nº 8, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.Autoriza a destinação de recursos para reembolso de valores, a título de compensação por impactos socioambientais irreversíveis em terra indígena, à Transnorte Energia S.A., concessionária de transmissão de energia elétrica responsável pela construção, operação e manutenção do Linhão de Tucuruí, objeto do Contrato de Concessão nº 003/2012-Aneel.

RESOLUÇÃO COMITÊ GESTOR DO CPR FURNAS Nº 1, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023. Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétrica de Furnas - CPR Furnas, conforme previsto no Art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

RESOLUÇÃO CD/INCRA Nº 98, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023. Edição de Instrução Normativa para dispor sobre o processo de seleção das famílias ou indivíduos para inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e ingresso nos Projetos de Assentamento criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, incluindo os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados nas modalidades de desenvolvimento sustentável - PDS e florestal - PAF.

RESOLUÇÃO CD/INCRA Nº 99, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023. Aprovar a Instrução Normativa nº 141, de 14 de dezembro de 2023, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, aplicação, acompanhamento e prestação de contas do Crédito de Instalação nas modalidades ambientais Florestal, Recuperação Ambiental e Cacau, instituídas nos incisos VI, VII e VIII do Art. 2º do Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023.

RESOLUÇÃO CONDEL/SUDAM Nº 112, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023. Programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para 2024.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO CONDEL/SUDAM Nº 115, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023. Instituição do Comitê Técnico do Plano Integrado para o Desenvolvimento Sustentável dos Arquipélagos do Marajó, no Estado do Pará, e de Bailique, no Estado do Amapá.

RESOLUÇÃO CONDEL/SUDAM Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023. Instituição de Grupo de Trabalho com o objetivo de reestruturar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA).

RESOLUÇÃO CE/CNDI/MDIC Nº 4, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho de Coordenação das Ações de Territorialização e Desenvolvimento Regional, da Nova Indústria Brasil.

RESOLUÇÃO SF Nº 43, DE 2023. Autoriza o Município de Belém, no Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

RESOLUÇÃO COMITÊ GESTOR DO CPR FURNAS Nº 2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre procedimentos para elaboração e execução do Plano de Trabalho de que trata o art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

RESOLUÇÃO CDE Nº 4, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Aprova o Estatuto da Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 140, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o processo de seleção das famílias ou indivíduos para inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e ingresso nos Projetos de Assentamento criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, incluindo os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados nas modalidades de desenvolvimento sustentável - PDS e florestal - PAF.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 141, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, aplicação, acompanhamento e prestação de contas do Crédito de Instalação nas modalidades ambientais Florestal, Recuperação Ambiental e Cacau, instituídas nos incisos VI, VII e VIII do Art. 2º do Decreto nº 11.586/2023.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 29, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Regulamenta as exigências e os procedimentos relacionados ao controle de importação de Hidrofluorcarbonos - HFC e misturas contendo HFC, em atenção a emenda de Kigali do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, promulgada por meio do Decreto nº 11.666, de 24 de agosto de 2023.

NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15/GABIN/ICMBIO, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Regulamenta a obtenção e renovação de porte, uso, cautela, descarte e destruição de material controlado no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (processo nº 02070.001397/2016-24).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16/GABIN/ICMBIO, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre os procedimentos relativos à conversão de multas simples, por meio da execução direta, em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, conforme disciplinado no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008 (processo nº 02070.005668/2022-69).

PORTARIA ICMBIO Nº 4.144, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece procedimentos e normas gerais para o uso de veículos automotores nas áreas de visitação localizadas em ambientes terrestres das unidades de conservação federais (Processo nº 02070.007169/2023-97).

PORTARIA MPA Nº 171, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Portaria nº 310, de 24 de dezembro de 2020, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que estabelece os critérios e requisitos higiênico-sanitários de embarcações pesqueiras de produção primária.

PORTARIA MMULHERES Nº 329, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

PORTARIA MIDR Nº 3.962, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Tucuruí - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.964, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Estado do Pará - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.965, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Luzia do Pará - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 3.969, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município Gurupá - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MAPA Nº 638, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Revoga a Portaria nº 2.277, de 13 de novembro de 2017, que institui o Comitê Diretor da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária - Comitê Diretor da Plataforma ABC.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA IBAMA Nº 260, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a utilização de documentação comprobatória fiscal padrão para fins de retificação de porte declarado pelas pessoas jurídicas junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), em cumprimento ao que estabelece o art. 17-D da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o inciso II do art. 61-C da Instrução Normativa nº 17, de 30 de dezembro de 2011.

PORTARIA ICMBIO Nº 4.315, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Aprova o Regulamento Interno de Fiscalização Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (processo nº 02070.026604/2021-11).

PORTARIA MAPA Nº 642, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera a Portaria MAPA nº 572, de 29 de março de 2023, que estabelece, em todo o território nacional, medidas preventivas em função do risco de ingresso e de disseminação da influenza aviária de alta patogenicidade no país.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 975, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de flores de corte de Protea spp. produzidas na Colômbia.

PORTARIA GM/MMA Nº 895, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Submete à Consulta Pública, pelo prazo de 30 (trinta) dias, minuta de Portaria que estabelece os critérios para o cadastramento e a habilitação de verificador(es) de resultados, e a minuta de Edital de Chamamento Público, consoante previsão do inciso V do art. 27 e do caput do art. 28 do Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, que institui sistemática de créditos de reciclagem, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

PORTARIA SFB Nº 187, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece normas para a utilização das dependências do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) para a realização de projetos científicos e atividades acadêmicas e dá outras providências.

PORTARIA MCTI Nº 7.773, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Comitê de Coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

PORTARIA GM/MPI Nº 335, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho Técnico com a finalidade de elaborar o Plano de Ação do Governo Federal para o Projeto Guardiãs.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INCRA Nº 349, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Amplia os serviços disponibilizados pela Plataforma de Governança Territorial - PGT do Incra.

PORTARIA MGI Nº 8.617, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2024, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

PORTARIA MPA Nº 174, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Ficam estabelecidas as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoa física ou jurídica no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Aquicultor, para concessão da Licença de Aquicultor e para o monitoramento da aquicultura.

PORTARIA MDA Nº 346, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Retifica área e capacidade do Projeto de Assentamento AMAPÁ I.

PORTARIA MIDR Nº 4.013, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município Xinguara - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 4.008, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Prorroga o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 37, de 07 de janeiro de 2022, constante no processo administrativo n. 59053.001981/2018-77, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Paragominas - PA, para ações de Defesa Civil até 04/04/2024.

PORTARIA MJSP Nº 574, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Amazônia Legal.

PORTARIA MJSP Nº 575, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, na Amazônia Legal.

PORTARIA MIDR Nº 4.068, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município São Sebastião da Boa Vista-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 4.070, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município Bagre-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 4.067, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município Muaná-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MIDR GM/MMA Nº 896, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Programa de Integridade do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, denominado Programa Ambiente Íntegro, a Unidade Setorial do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e publica o Plano de Integridade para o biênio 2023-2025.

PORTARIA ICMBIO Nº 4.143, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Aprova os manuais de elaboração dos documentos técnicos para o manejo florestal comunitário no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional (processo n° 02070.003735/2023-91).

PORTARIA GM/MMA Nº 881, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Comitê Permanente de Gestão da Integridade - CGI no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e a Rede de Integridade - RIMMA no âmbito das entidades vinculadas deste Ministério.

PORTARIA MIDR Nº 4.107, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Soure-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 4.109, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Curralinho-PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MDS Nº 954, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. Disciplina procedimentos relativos ao pagamento de benefícios e aos cartões do Programa Bolsa Família - PBF, incluindo aqueles contratados junto à Caixa Econômica Federal.

PORTARIA SDA/MAPA Nº 984, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de Musgo de Esfagno (Sphagnum spp.) do Chile.

PORTARIA MTUR Nº 43, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho de Turismo para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no âmbito do Ministério do Turismo.

PORTARIA GM/MMA Nº 884, DE 2 DE JANEIRO DE 2024. Revoga as Portarias que menciona, referentes ao Programa Floresta+.

PORTARIA ICMBIO Nº 9, DE 2 DE JANEIRO DE 2024. Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, conforme o processo administrativo/ICMBio nº 02122.000257/2022-24.

PORTARIA ICMBIO Nº 10, DE 2 DE JANEIRO DE 2024. Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista Chico Mendes. (Processo nº 02119.000297/2023-14).

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA INTERMINISTERIAL MDA/MPI/FUNAI Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2024. Institui o selo de identificação de origem étnica de produtos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas indígenas, denominado "Selo Indígenas do Brasil".

PORTARIA MPA Nº 183, DE 4 DE JANEIRO DE 2024. Prorroga o prazo para envio do Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União, relativamente ao exercício de 2023.

PORTARIA GM/MS Nº 3.058, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima.

NORMAS FEDERAIS



91 ATOS ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



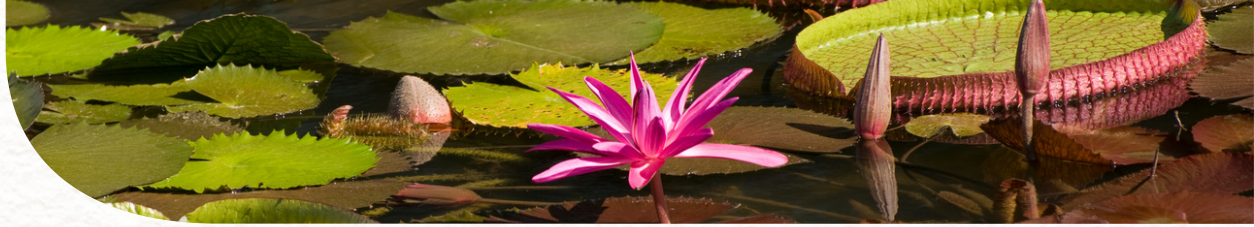
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI COMPLEMENTAR Nº 170, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Altera o art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 131, de 16 de abril de 2020.

LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE) e sua estrutura de governança.

LEI Nº 10.292, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Campanha Transtorno do Espectro Autista é Amor (TEAMO).

LEI Nº 10.293, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial e como expressão cultural do Estado do Pará, a Cultura Alimentar Paraense.

LEI Nº 10.295, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Sócio Ambiental Progresso.

LEI Nº 10.297, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores e Criadores Artesanais de Peixes e Camarão (APESCA), com sede e foro na Cidade de Breves.

LEI Nº 10.298, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Mulheres Guerreiras Coração de Jesus (AMGCJ), com sede no Município de Belém.

LEI Nº 10.299, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Estrada do Arapijó (ASTAE), no Município de Breves.

LEI Nº 10.301, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Casa de Apoio aos Moradores da Zona Rural de Rio Maria.

LEI Nº 10.302, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA).

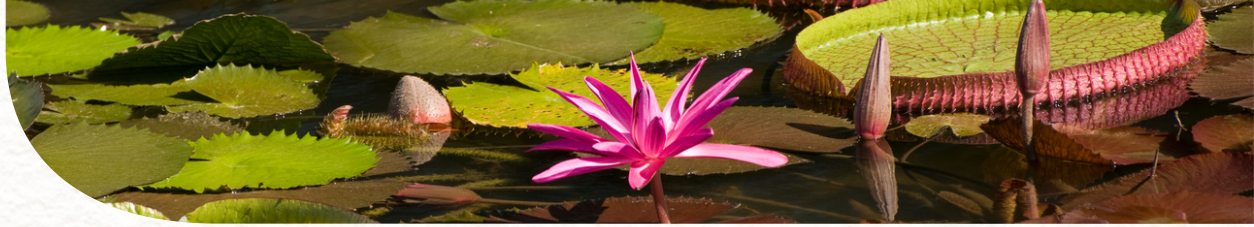
LEI Nº 10.303, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Saber Ser Amazônia Ribeirinha (ISSAR).

LEI Nº 10.304, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 9.262, de 22 de abril de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado do Pará.

LEI Nº 10.306, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza; dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC); altera a Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012; e revoga os arts. 83 e 84 da Lei Estadual nº 5.887, 9 de maio de 1995.

LEI Nº 10.313, DE 3 DE JANEIRO DE 2024. Dispõe sobre a proibição e a sanção de trotes em telefones de emergência no Estado do Pará.

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.316, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Festival do Pirarucu, na Comunidade de Santa Maria do Tapará, no Município de Santarém.

LEI Nº 10.318, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Pessoa com Surdocegueira.

LEI Nº 10.319, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Síndrome de Williams.

LEI Nº 10.321, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual Jacinta Maria de Santana de enfrentamento ao racismo científico.

LEI Nº 10.322, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui o Dia Estadual de Preservação ao Peixe-Boi.

LEI Nº 10.324, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores, Aquicultores e Agricultores Familiares da Comunidade Quilombola São Mateus (APASAM).

LEI Nº 10.327, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Mista de Desenvolvimento Econômico e Social do Crepurizão (COMIDEC).

LEI Nº 10.328, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores e Agricultores do Baixo Tocantins (APAABAT).

LEI Nº 10.330, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Educação, Pesquisas, Cultura, Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável (LAOS DEO).

LEI Nº 10.337, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui o Dia Estadual de Luta e Combate ao HIV/AIDS.

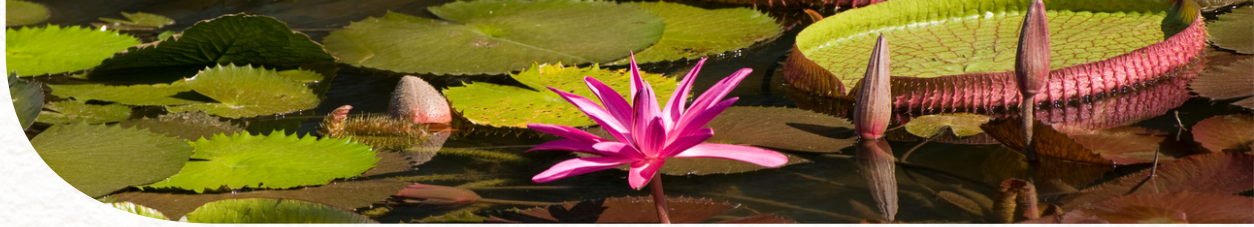
LEI Nº 10.338, DE 5 DE JANEIRO DE 2024. Institui, no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Consciência Negra.

LEI Nº 10.339, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Institui a Semana Estadual de Conscientização da Doença de Alzheimer, no Estado do Pará.

LEI Nº 10.340, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Institui a Semana Estadual "Todos Contra a Pedofilia".

LEI Nº 10.342, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Institui a Semana Estadual de conscientização sobre o Ciclismo Sustentável.

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.344, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Limoeiro do Ajuru.

LEI Nº 10.345, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (SAPOPEMA).

LEI Nº 10.348, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

LEI Nº 10.359, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Social, Educacional, Cultural, Saúde e Ambiental Compaixão.

LEI Nº 10.362, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Greencarbon da Amazônia (IGA).

LEI Nº 10.363, DE 8 DE JANEIRO DE 2024. Cria a Semana de Conscientização sobre a Reciclagem e Valorização do Meio Ambiente nas Escolas Públicas.

DECRETO Nº 3.600, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Regulamenta o processo de conversão de multa simples ambiental em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, previsto no art. 11 e no inciso IV do art. 44 da Lei Estadual nº 9.575, de 11 de maio de 2022.

DECRETO Nº 3.606, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

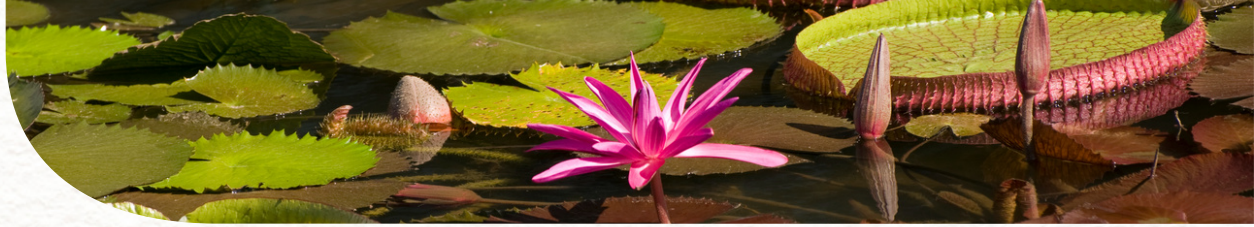
DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Destituir e designar membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA) e altera o Decreto Estadual n° 941 de 3 de agosto de 2020.

DECRETO Nº 3.621, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece o Regimento Interno Provisório da Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE), instituída pela Lei Complementar Estadual nº 171, de 21 de dezembro de 2023.

DECRETO Nº 3.629, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui o Comitê Integrado de Resposta à Estiagem e Incêndios Florestais no Pará (COBRADE 1.4.1.1.0).

RESOLUÇÃO CGFDE Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre o financiamento ao setor público, através dos projetos de infraestrutura econômica e social e vinculados ao Plano Xingu Sustentável.

NORMAS ESTADUAIS

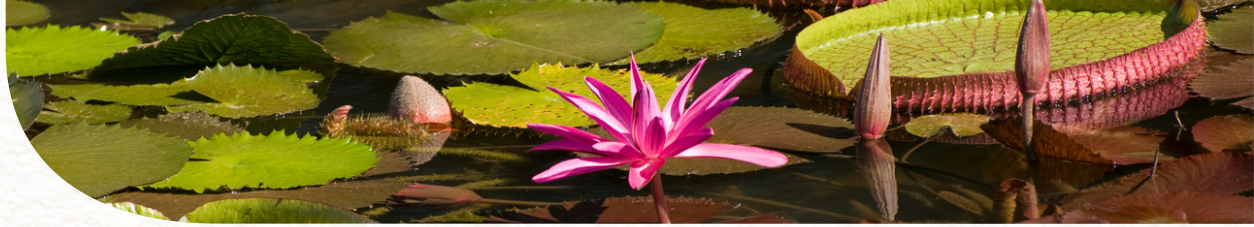


INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFA Nº 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2024. Dispõe sobre os produtos que poderão ser acobertados na emissão de NF-e por meio do Regime Especial da Nota Fiscal Fácil (NFF) por produtores rurais do Estado do Pará, nas operações e forma que especifica.

PORTARIA SEMAS Nº 03111/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Designar servidores para atuarem como Agentes de Contratação, nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, sem prejuízo das atribuições em suas respectivas unidades de lotação.

PORTARIA SEMAS Nº 3.108 , DE 19 DEZEMBRO DE 2023. Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades São Sebastião Boca dos Currais e Santa Cecília, situadas as margens do lago Igarapé Nhamundá e Igarapé do Curais, localizadas no município de Oriximiná, no estado do Pará.

NORMAS ESTADUAIS



43 ATOS NORMATIVOS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



LEI Nº 9.986 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre medidas a serem tomadas para implantação do "Novo Sistema Integrado de Transporte Público Coletivo de Passageiros de Belém, e dá outras providências".

LEI Nº 9.990 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Dispõe sobre a criação, no âmbito do Poder Executivo Municipal, da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - SEPDA, e dá outras providências.

PORTARIA Nº. 3.299/2023 – SEMAD/PMB, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023. Torna facultativo o expediente do dia 29 de dezembro de 2023 (sexta- -feira),em todas as repartições Públicas Municipais, com exceção de pessoal vinculado às unidades e serviços considerados essenciais no atendimento à população, como fiscalização e do Departamento de Feiras, Mercados e Portos da Secretaria Municipal de Economia – SECON; das Unidades que possuam Urgênciae Emergência da Secretaria Municipal de Saúde - SESMA, Central de Leitos, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), do Departamento de Vigilância em Saúde (DEVS), Hospital Geral de Mosqueiro, Central de Ambulância 192 (SAMU), dos Hospitais do Pronto Socorro Municipal, Mário Pinotti e Humberto Maradei Pereira; das Unidades que possuam Urgência e Emergência do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Belém – IASB; dos Cemitérios; do Departamento de Resíduos Sólidos (DRES) da Secretaria Municipal de Saneamento-SESAN; dos Setores Operacionais da SEMOB; dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e alta complexidade, Rede de abrigos e casa de passagem, do serviço de acolhida em abrigo para crianças e adolescentes, do serviço de acolhida em abrigo para mulheres vítimas de violência, serviço de acolhida em abrigo para adultos e famílias em situação de Rua, Setor de calamidade e emergência (SICAPE), do centro especializado para Pessoas em situação de rua, das Unidades de Plantão da FUNPAPA e Conselhos Tutelares; dos Serviços essenciais da Guarda Municipal de Belém e todo o pessoal, sob o regime de escala de serviços.

PORTARIA Nº 001/2024-NSAJ/GABS/SEMMA, DE 03 DE JANEIRO DE 2024. Criar a Comissão para participação e acompanhamento ao Projeto "Semeando a Cidadania Pelas Ruas De Belém", desenvolvido em parceria com Fundação Papa João XXIII e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/AR/PA.

NORMAS MUNICIPAIS



04 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

LEIS
02

PORTARIAS
02

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

LEI Nº 10.306, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza; dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC); altera a Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012; e revoga os arts. 83 e 84 da Lei Estadual nº 5.887, 9 de maio de 1995.

PRINCÍPIOS DA PEUC

Traz em seu art. 3º e incisos os seguintes princípios: Ação governamental, cooperação, educação ambiental, participação, precaução, prevenção, responsabilidade, acesso à informação ambiental, limite e usuário pagador.

O QUE É O SEUC?

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza é um mecanismo de gestão constituído pelo conjunto das unidades de conservação das unidades estaduais e municipais, seus órgãos de gestão e de execução.

CATEGORIAS DA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

- **Unidades de Proteção Integral:** cujo objetivo é a proteção dos atributos naturais e a preservação dos ecossistemas em estado natural, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei
- **Unidades de Uso Sustentável:** cujo objetivo é a proteção dos atributos naturais e o uso direto dos recursos disponíveis em regime de manejo ou uso sustentável

PARA CONFERIR A NORMA NA INTEGRA, CLIQUE AQUI

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

RESOLUÇÃO CGFDE Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre o financiamento ao setor público, através dos projetos de infraestrutura econômica e social e vinculados ao Plano Xingu Sustentável.

QUAIS MUNICÍPIOS FAZEM PARTE DO PLANO XINGU SUSTENTÁVEL?

Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

O CONSELHO GESTOR

Art. 3º O Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico reunir-se-á anualmente para repartir os recursos disponibilizados na forma do art. 2º da Lei Estadual nº 8.605, de 11 de janeiro de 2018, entre os Municípios que integram a Plano Xingu Sustentável, incumbindo-lhe especificar a metodologia empregada

FINANCIAMENTO DE PROJETOS

Art. 6º Os projetos apresentados pelos Municípios que integram o Plano Xingu Sustentável, destinar-se-ão ao financiamento de projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos e material permanente, devendo, em todo caso, almejar a mitigação dos impactos, diretos e indiretos, socioambientais e econômicos decorrentes:

I – da construção e funcionamento Usina Hidrelétrica de Belo Monte;

II – das alterações no ecossistema, destruição da vegetação natural, assoreamento do leito dos rios, desmoronamento de barreiras, impactos sobre a fauna e flora locais, alterações climáticas, além de outros impactos ambientais; e

III – das transformações sociais relacionados ao deslocamento de populações ribeirinhas, em situação de pobreza, degradação da qualidade de vida e da saúde da população, aumento de subempregos e empregos informais, além de outros impactos sociais negativos.

PARA CONFERIR A NORMA NA INTEGRA, CLIQUE AQUI

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



PRODUÇÕES DO NEL

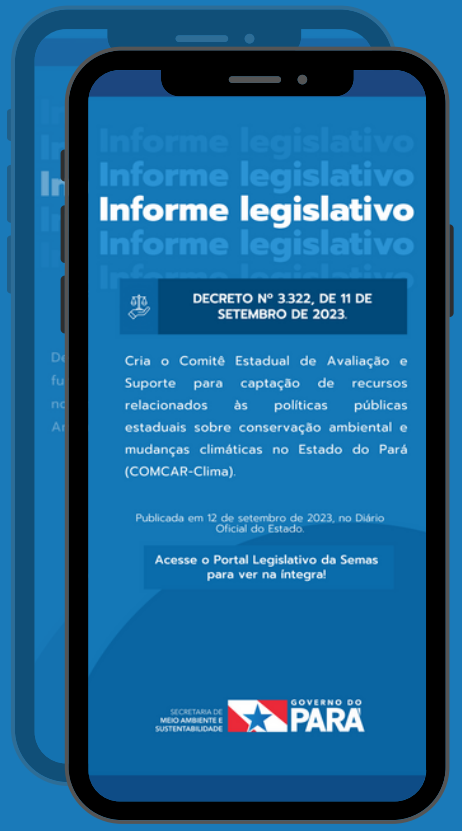
PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.

LEI Nº 10.306, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza; dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC); altera a Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012; e revoga os arts. 83 e 84 da Lei Estadual nº 5.887, 9 de maio de 1995.



DECRETO Nº 3.600, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Regulamenta o processo de conversão de multa simples ambiental em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, previsto no art. 11 e no inciso IV do art. 44 da Lei Estadual nº 9.575, de 11 de maio de 2022.

DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023

Destitui e designa membros do Núcleo Permanente de Acompanhamento do Plano Estadual Amazônia Agora (NPAA).

PORTARIA SEMAS Nº 3.108 , DE 19 DEZEMBRO DE 2023

Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades São Sebastião Boca dos Currais e Santa Cecília, situadas as margens do lago Igarapé Nhamundá e Igarapé do Curais, localizadas no município de Oriximiná, no estado do Pará.

PORTARIA SEMAS Nº 03111/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

Designar servidores para atuarem como Agentes de Contratação, nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, sem prejuízo das atribuições em suas respectivas unidades de lotação.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



WEBINAR: HABILITAÇÃO DE ENTIDADES GESTORAS JUNTO AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

O Webinar. coordenado por Fabricio Soler, tem por objetivo debater os critérios listados para minuta de Portaria MMA disponível para Consulta Pública até para habilitação de entidades gestoras responsáveis por operacionalizar e sitemas de logistica reversa.

Além disso, cabe ressaltar que o evento será realizado no dia 23.01.2024 (terça-feira), das 9h às 12h e que a consulta pública sobre a Portaria segue aberta até 25 de janeiro estando a minuta e a aba para colaborações no link a seguir: https://www.gov.br/participamaisbrasil.

INSCRIÇÕES PARA O WEBINAR AQUI

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.

CONSTITUIÇÃO, MEIO AMBIENTE E COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS



Na conhecida fábula dos porcos espinhos, Schopenhauer nos faz refletir acerca das escolhas que é preciso fazer visando à sobrevivência. Segundo o conto, para fugir do frio da era glacial, os porcos espinhos precisavam tomar uma decisão: se juntar em grupos para se aquecer com o calor do outro e sobreviver ao frio, ou se afastar uns dos outros, para não se machucar com os espinhos dos mais próximos e, assim, morrer congelados. Se interpretarmos essa estória com um olhar atento para os problemas ambientais que assolam a realidade global, é possível perceber que, tal como os porcos espinhos, se a humanidade quiser sobreviver às grandes catástrofes ambientais que emergem nos dias atuais, escolhas (coletivas) ambientalmente responsáveis precisam ser feitas. Ciente desse contexto, a presente obra busca formular a reflexão acerca de uma zona de não ponderação, em termos de proteção do meio ambiente, e provocar o debate sobre o tema, a fi m de contribuir para o fortalecimento de uma interpretação constitucional ecologicamente mais sensível, em prol da garantia de condições dignas de existência a todas as formas de vida, compatível com um sistema de rede de valores interconectados que se extrai de nossa Constituição Federal.

Autora: Daniele Galvão De Sousa Santos

ADQUIRA JÁ!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Estado sanciona lei que institui Política e Sistema de Unidades de Conservação

Legislação estabelece duas novas categorias de Unidades de Conservação (UCs) inéditas no Brasil: os Bosques Municipais e os Rios de Proteção Especial

O governador Helder Barbalho sancionou, nesta terça-feira (26), a Lei nº 766/2023, que institui a Política e Sistema Estadual de Unidades de Conservação. A medida estabelece diretrizes importantes para a criação de novas áreas protegidas no território paraense, com o objetivo de preservar os recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável.

A Lei prevê, ainda, a elaboração de planos de manejo para esses territórios, com o objetivo de garantir a preservação dos ecossistemas e a utilização sustentável dos recursos naturais. Dessa forma, atende aos requisitos propostos de ordenamento, organização e viabilidade das categorias de manejo, de acordo com a vocação natural e socioeconômica das futuras áreas a serem transformadas em UCs estaduais e municipais.



Fonte: ASCOM/SEMAS

Vale ressaltar que a nova legislação é resultado do trabalho conjunto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio).

Clique aqui e confira a materia na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br